

**ACTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA | 09 ABRIL 2014**

Pág.1/2

Tiago Azenha - presidente da Mesa da Assembleia Geral

Miguel Pires – secretário

Relativamente ao ponto um usou da palavra o presidente da Comissão Administrativa, arq. Valentim Miranda, sócio 123, que referiu a necessidade de formalização e reconhecimento do Estatuto de Utilidade Pública, por forma a, para além do mais, obter a isenção do pagamento de IMI, benefício essencial para a manutenção do clube e saúde económica e financeira do mesmo, considerando a cessação daquela isenção ocorrida logo após a apresentação do Plano de Insolvência.

A formalização e reconhecimento do Estatuto de Utilidade Pública exige, nos termos do teor da carta recebida do Conselho de Ministros, na sequência do pedido apresentado para o efeito, a adaptação dos estatutos ao regime decorrente do decreto de lei 124/99.

O presidente da Comissão Administrativa, arq. Valentim Miranda, sócio 123, apresentou a proposta de adaptação dos estatutos do clube àquele regime, concretamente a alteração dos artigos 10º e 13º, nos termos que explicou.

Colocada à votação foi deliberado por unanimidade dos presentes alterar os seguintes artigos dos actuais estatutos do Clube, os quais passarão a ter a seguinte redacção:

Artigo 10º - As várias categorias de sócios são definidas da seguinte forma:-----

Sócio Efectivo: qualquer pessoa com mais de catorze anos de idade.-----

Sócio Atleta: qualquer atleta do Clube Fluvial Portuense integrado numa das secções desportivas do Clube e que esteja licenciado na respectiva Federação Nacional

Sócio Jovem: qualquer pessoa com menos de catorze anos de idade;

Sócio Sénior: qualquer sócio efectivo com mais de dez anos de antiguidade como sócio e com mais de sessenta e cinco anos de idade que expressamente requeira à Direcção a passagem para esta categoria

Sócio Colectivo: qualquer entidade colectiva; a quem são conferidos direitos iguais aos dos restantes sócios no que refere à utilização das instalações e equipamentos desportivos, que no mínimo terão de ser dez.

Artigo 13º - São direitos dos sócios na plenitude dos seus direitos:-----

1º) Os sócios jovens e os sócios atletas com menos de catorze anos estão excluídos dos direitos referidos em b), c), d), e).-----

2º) Os direitos consignados nas alíneas b), d) e e) só são conferidos aos sócios que contem com mais de dois anos de antiguidade

3º) O direito consignado na alínea c) só é conferido aos sócios que contem com mais de dois anos de antiguidade, com as excepções das eleições para cargos de Presidente de qualquer Órgão Social o que obriga a

**ACTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA | 09 ABRIL 2014**

Pág.2/2

pelo menos cinco anos de antiguidade de sócio.

4º) Os sócios colectivos estão excluídos dos direitos referidos em b), c) e d).-----

Como mais ninguém quisesse usar da palavra, foi a presente assembleia encerrada pelas 21h50m e redigida a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário.